



Fórum Dialoga Brasil no PPA Interconselhos

Orientações para o Monitoramento Participativo do PPA 2016-2019

AGENDAS TEMÁTICAS e TRANSVERSAIS

Abril 2016

Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPI/MPOG

O Monitoramento Participativo do PPA 2016-2019

A proposta de metodologia adotada para o monitoramento participativo do PPA consolida o processo de participação social na gestão do Plano. Suas diretrizes foram propostas a partir das discussões que ocorreram ainda no momento de sua elaboração, no Fórum ocorrido em julho de 2015, e que agora culmina com a etapa de coleta da percepção dos conselhos e comissões nacionais quanto à qualidade das entregas de bens e serviços selecionados para o monitoramento em cada Agenda Temática e Transversal.

O Fórum Dialoga Brasil Interconselhos – Monitoramento Participativo, realizado entre os dias 15 e 16 de março de 2016, contou com a presença de representantes dos conselhos, comissões nacionais e de órgãos governamentais. Na oportunidade, os participantes trabalharam na consolidação e pactuação de 12 Agendas Temáticas e Transversais que serão o foco do Monitoramento Participativo do PPA 2016-2019 que se inicia.

Além das 12 Agendas pactuadas, na plenária final do Fórum houve a proposição de quatro novos temas - Comunicação, Participação Social, Cidades Sustentáveis e Desenvolvimento Econômico. Serão iniciadas discussões com representantes dos Ministérios responsáveis pelos temas propostos para a possibilidade de construção de novas agendas e apresentação de propostas por parte do Governo no próximo Fórum. Ainda, na oportunidade também foram aportadas sugestões para a revisão do PPA 2016-2019 que também serão incluídas nas discussões com os ministérios para avaliação da sua pertinência, em momento oportuno, nos termos previstos na Lei 13.249/16 (Lei que instituiu o PPA e que determina as regras de revisão do Plano).

Neste momento, com as Agendas pactuadas e consolidadas, dá-se início à coleta das percepções da sociedade civil quanto aos itens selecionados nas 12 Agendas. Este documento contém orientações centrais para o desenvolvimento do monitoramento realizado pelos colegiados, uma vez que deve refletir uma posição pactuada pelos conselhos quanto aos pontos monitorados e trazer informações que possam servir de orientação aos ministérios para fazer ajustes e adequações às suas políticas em busca de maior qualidade e de menor custo ao cidadão.

Bom trabalho!

As Agendas TRANSVERSAIS E TEMÁTICAS que vou monitorar

As agendas são compostas por um conjunto de objetivos, metas e iniciativas vinculados a mais de um Programa Temático do PPA, identificando a atuação do Governo voltada àquela questão. As propostas de Agendas Transversais e Temáticas a serem trabalhadas, em 2016, são as que seguem:

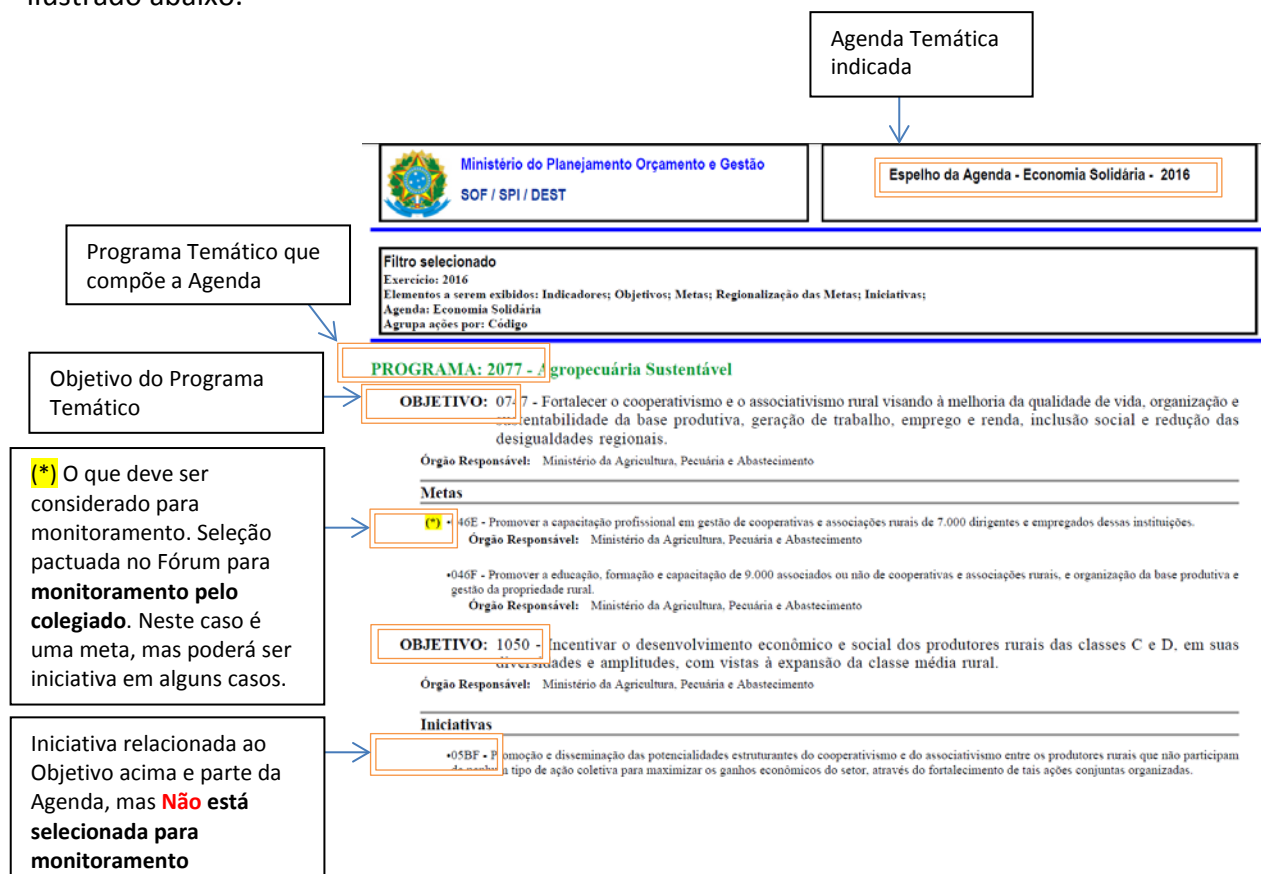
- 1. Usos Múltiplos da Água**
- 2. Desenvolvimento Rural Sustentável**
- 3. Economia Solidária**
- 4. Criança e Adolescente**
- 5. Igualdade Racial, Comunidades Quilombolas e outros Povos e Comunidades Tradicionais**
- 6. Juventude**
- 7. Pessoa Idosa**
- 8. Pessoa com Deficiência**
- 9. Políticas para as Mulheres**
- 10. População em Situação de Rua**
- 11. População LGBT**
- 12. Povos Indígenas**

Após a realização do Fórum e da pactuação das Agendas e das suas seleções para monitoramento, os colegiados agora têm acesso ao material necessário para atuar junto às suas bases e coletar as impressões da sociedade sobre a efetivação dessas políticas.

Importante ressaltar que cada conselho poderá escolher quais agendas deseja monitorar, observando a necessidade de garantir a qualidade das informações e que elas sejam percepções pactuadas dentro dos colegiados e não apenas visões específicas de membros que os representam, além da necessidade de seguir o calendário de atividades pactuado.

Modelo das Agendas Transversais/Temáticas

Durante a realização do Fórum Interconselhos, as Agendas foram apresentadas em formato tabela para facilitar os trabalhos em grupo. Uma vez finalizada a etapa de pactuação, as Agendas foram incluídas no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP para a gestão das informações em conformidade com o PPA. Assim, para esta etapa de monitoramento dos colegiados, será utilizada Agenda extraída do SIOP, conforme modelo ilustrado abaixo.



Em alguns casos, a meta pode vir com informações regionalizadas, como exemplo a seguir:

	Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão SOF / SPI / DEST	Espelho da Agenda - Usos Múltiplos da Água - 2016
Filtro selecionado Exercício: 2016 Elementos a serem exibidos: Indicadores; Objetivos; Metas; Regionalização das Metas; Iniciativas; Agenda: Usos Múltiplos da Água Agrupar ações por: Código		
PROGRAMA: 2077 - Agropecuária Sustentável		
OBJETIVO: 0175 - Concluir a implantação, melhorar a gestão, recuperar e modernizar os projetos públicos de irrigação existentes visando à emancipação.		
Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional		
Metas		
009Z - Implantar infraestruturas de irrigação em 30 projetos públicos de irrigação		
Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional		
Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	9,00	unidade
Região Nordeste	15,00	unidade
Região Norte	1,00	unidade
Região Sudeste	1,00	unidade
Região Sul	4,00	unidade
00A5 - Revitalizar 46 infraestruturas de irrigação de uso comum e de apoio à produção visando à transferência de gestão		
Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional		
Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	14,00	unidade
Região Norte	4,00	unidade
Região Sudeste	8,00	unidade
00A8 - Transferir a gestão de 3 Projetos Públicos de Irrigação para os produtores e suas organizações.		
Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional		
Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	1,00	unidade

Neste caso, é uma **meta selecionada (*)** para monitoramento e, na sua elaboração, foram definidas metas específicas para cada região do país. (nota: nem toda meta tem informações sobre regionalização)

O que será monitorado em cada Agenda – SELEÇÃO (*)

Em função do amplo conjunto de objetivos, metas e iniciativas formado pelas 12 Agendas e para viabilizar um efetivo monitoramento pelo Fórum, **foi pactuada uma seleção de metas e iniciativas em cada uma das Agendas**. O monitoramento pelos conselhos e comissões está focado nesta seleção para que possam indicar suas percepções quanto à implementação destas políticas. Assim, os colegiados devem se apropriar do conteúdo desta seleção para iniciar a coleta de informações.

As metas e iniciativas selecionadas são aquelas que caracterizam de forma mais concreta as políticas que estão sendo implementadas e que podem ser identificadas pelos colegiados nas suas realidades, uma vez que:

- a) refletem as entregas estruturantes dentro de cada agenda e os mecanismos de implementação;
- b) representam políticas já em andamento;
- c) estão relacionadas à existência de público representado no Fórum que atua nestes temas;
- d) são passíveis de acompanhamento por parte dos integrantes do Fórum.

É importante destacar que os demais itens da Agenda continuarão a ser monitorados pelo governo federal por meio do preenchimento do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP pelos ministérios e estas informações constarão em relatório de monitoramento das agendas a ser entregue aos conselhos.

Da mesma forma, o PPA é um instrumento de quatro anos e, portanto, a cada período, podem-se acordar outros itens a serem monitorados, de forma a construir um monitoramento sistemático e contínuo das Agendas.

Como será Monitorada a SELEÇÃO de itens da Agenda

Características como clareza e objetividade na informação de monitoramento estão diretamente relacionadas à sua capacidade de gerar subsídios concretos para o aperfeiçoamento de programas de Governo. Dessa forma, é importante que as informações trazidas pelos Conselhos tenham como foco retratar a realidade de implementação. A seguir, sugerimos questões orientadoras que poderão contribuir para a organização dos trabalhos de monitoramento que serão realizados pelos Conselhos.

1 – Identificação de Necessidades de Aperfeiçoamento:

- **Quais são os Mecanismos de implementação destas ações?**
Exemplos: apontar entraves burocráticos; se há falta de regulamentação; as relações federativas; falhas na comunicação entre governo e sociedade e questões relacionados ao acesso.

- **Como está a Qualidade do serviço?**

Exemplo: como está o atendimento à população; disponibilidade do serviço; suficiência e tempo oportuno.

2 – Identificação de Boas Práticas:

- Identificar ações bem sucedidas, contribuindo assim, para a difusão de boas práticas na implementação de políticas públicas. Detalhar as informações, quando possível, indicando os fatores que tornam a ação uma boa prática.

3 – Abrangência:

Os conselhos devem tentar obter essas informações com a identificação de elementos que colaborem com a localização do que está sendo monitorado:

- A regionalização da ação: se possível apontar em qual localidade está presente o problema e como as bases regionais/locais foram envolvidas ou, ainda se houve o envolvimento de outros colegiados para o diagnóstico das ações;
- Quando se trata de um serviço, apontar de forma mais detalhada o que está acontecendo, como no caso de serviços que contam com equipes de servidores, ou carecem de equipamentos e estruturas;
- Envolver nas consultas o maior número de pessoas possível para ter uma visão mais compreensiva dos entraves.

3 – PROPOSTA: Identificação de Possíveis Soluções

Junto aos problemas identificados na implementação das políticas também devem ser feitas sugestões para a resolução. O monitoramento é uma oportunidade para não apenas apontar percepção dos motivos da não implementação em curso, mas também tentar identificar o que poderia ser feito para dar consecução às ações esperadas.

Assim, é uma boa alternativa que os colegiados estruturem um plano de trabalho de como vão realizar suas consultas e diálogos para obter informações quanto aos itens selecionados na Agenda para produzirem sua percepção de forma pactuada.

Encorajamos fortemente que neste momento as Agendas escolhidas e, principalmente os itens selecionados, sejam debatidos nas reuniões dos conselhos e que as representações estaduais e municipais dos conselhos e comissões também sejam envolvidas. A utilização de debates virtuais, videoconferências e demais alternativas tecnológicas são também formas de organizar uma atividade de monitoramento.

Assim, será por meio dessas informações enviadas pelos colegiados e sistematizadas pela Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) do Ministério do Planejamento, que será montado o painel de percepções e contribuições da sociedade civil para o monitoramento do PPA 2016-2019.

Como será o preenchimento das informações e envio ao Ministério do Planejamento

Será enviado ao ponto focal indicado pelo Conselho a senha de acesso e orientações operacionais para o acesso ao SIOP e registro das informações. Haverá campos por Agenda e o seu preenchimento será simples e direto.

O monitoramento, no âmbito do Fórum, representa um avanço para a concretização da participação social na gestão do PPA, pois a informação produzida pela sociedade será parte do processo de aperfeiçoamento dos programas na medida em que identifique possíveis necessidades de aperfeiçoamentos das políticas. Assim, é fundamental que as informações sejam fruto de um debate coletivo no âmbito do Conselho e que sejam encaminhadas dentro do prazo para que seja possível viabilizar as atividades no calendário do monitoramento com os Ministérios responsáveis pela gestão dos Programas.

Informações Adicionais:

O PPA 2016-2019

<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/planejamento-e-investimentos/plano-plurianual>

Relatórios dos Fóruns Interconselhos e Agendas Temáticas e Transversais

<http://www.participa.br/ppa>

Manual de Elaboração do PPA 2016-2019

http://www.planejamento.gov.br/servicos/central-de-conteudos/publicacoes/orientacoes_elaboracao_ppa_2016_2019.pdf

[Carta de Serviços do SIOP](#)

http://www.orcamentofederal.gov.br/biblioteca/cartas-de-servico/carta_de_servicos_SIOP.pdf